

Roberto de Aragão Ribeiro Rodrigues

PRECEDENTE FORMADO EM CASOS REPETITIVOS

**Eficácia, *Issue Preclusion* e as
Teses Jurídicas Prejudiciais**

Curitiba
Juruá Editora
2017

Visite nossos *sites* na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: *editora@jurua.com.br*

ISBN: 978-85-362-7061-6

JURUÁ
EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

Rodrigues, Roberto de Aragão Ribeiro.

R696 Precedente formado em casos repetitivos: eficácia, *issue preclusion* e as teses jurídicas prejudiciais./ Roberto de Aragão Ribeiro Rodrigues./ Curitiba: Juruá, 2017.
308p.

1. Coisa julgada. 2. Decisão (Direito). 3. Precedentes judiciais. I. Título.

000045

CDD 347.077 (22.ed.)
CDU 347.922

3406113

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS	21
INTRODUÇÃO.....	23

Primeira Parte

A DOGMÁTICA DA COISA JULGADA CIVIL NOS ORDENAMENTOS BRASILEIRO E NORTE-AMERICANO

1 – A COISA JULGADA CIVIL NO DIREITO BRASILEIRO	37
1.1 A ACEPÇÃO DE COISA JULGADA ATUALMENTE PREVALENTE NA DOCTRINA BRASILEIRA.....	38
1.1.1 Coisa Julgada Formal.....	42
1.1.2 Coisa Julgada Material.....	43
1.1.2.1 Função negativa da coisa julgada.....	46
1.1.2.2 Função positiva da coisa julgada	47
1.2 OS FUNDAMENTOS DA COISA JULGADA.....	48
1.2.1 O Princípio da Unidade da Jurisdição.....	49
1.2.2 O Princípio da Segurança Jurídica	50
1.2.3 O Princípio da Efetividade da Jurisdição.....	51
1.3 OS LIMITES OBJETIVOS DA COISA JULGADA.....	52
1.3.1 A Regra Geral do Código de Processo Civil de 1973: Arts. 468 e 469.....	53
1.3.2 O Princípio Dispositivo Instituído pelos Arts. 128 e 460 do Código de Processo Civil de 1973 e Mantido pelo Art. 492 do Código de Processo Civil de 2015	61
1.3.3 Pontos e Questões	63
1.3.3.1 As questões prévias: questão preliminar x questão prejudicial	64
1.3.3.2 A questão prejudicial como antecedente ló- gico à questão principal	65
1.3.4 Preclusão.....	69
1.3.5 A Eficácia Preclusiva da Coisa Julgada.....	69

1.3.6	A Ação Declaratória Incidental Prevista no Código de Processo Civil de 1973	70
1.4	OS LIMITES SUBJETIVOS DA COISA JULGADA.....	73
2	A COISA JULGADA CIVIL NO DIREITO NORTE-AMERICANO ...	75
2.1	NOTAS DISTINTIVAS EM RELAÇÃO AO ORDENAMENTO BRASILEIRO QUANTO À COISA JULGADA FORMADA EM AÇÕES INDIVIDUAIS	75
2.2	NOTAS DISTINTIVAS EM RELAÇÃO AO ORDENAMENTO BRASILEIRO QUANTO À COISA JULGADA FORMADA EM AÇÕES COLETIVAS.....	79
2.3	PANORAMA DA COISA JULGADA NO DIREITO NORTE-AMERICANO.....	84
2.3.1	Requisitos para a Sua Formação: Julgamento Válido e Final.....	84
2.3.2	Momento de Formação	85
2.3.3	<i>Claim Preclusion</i>	87
2.4	<i>RES JUDICATA X STARE DECISIS</i>	93
2.5	<i>ISSUE PRECLUSION/COLLATERAL ESTOPPELL</i>	96
2.5.1	Conceito.....	96
2.5.2	Requisitos.....	97
2.5.3	O Emprego da <i>Issue Preclusion</i> em Questões Estritamente de Direito.....	98
2.5.4	A <i>Nonmutual Issue Preclusion</i>	101
2.5.4.1	A origem da superação do dogma da <i>mutuality</i> : os casos <i>Bernhard vs. Bank of America</i> e <i>Blonder-Tongue Laboratories vs. University of Illinois</i>	101
2.5.4.2	A <i>defensive nonmutual issue preclusion</i>	104
2.5.4.3	A <i>offensive nonmutual issue preclusion</i>	105
2.6	A APLICAÇÃO DA <i>NONMUTUAL ISSUE PRECLUSION</i> EM JULGAMENTOS POR AMOSTRAGEM.....	106

Segunda Parte

DA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO ADEQUADA PARA A IRRADIAÇÃO DOS EFEITOS DE UMA DECISÃO PROFERIDA EM JULGAMENTOS POR AMOSTRAGEM NO DIREITO BRASILEIRO

3	DELINEAMENTO DO FENÔMENO JURÍDICO QUE SUSTENTA A EXPANSÃO DA EFICÁCIA DAS DECISÕES PROFERIDAS EM JULGAMENTOS POR AMOSTRAGEM NO DIREITO BRASILEIRO.....	113
----------	---	------------

3.1	BREVE HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO LEGISLATIVA BRASILEIRA RUMO À ESTABILIZAÇÃO, UNIFORMIZAÇÃO E ATRIBUIÇÃO DE EFEITOS VINCULANTES À JURISPRUDÊNCIA	113
3.2	A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO PROCESSUAL ENCAMPADA PELO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015.....	116
3.3	NOÇÕES PRELIMINARES: OS CONCEITOS DE JURISPRUDÊNCIA, PRECEDENTE JUDICIAL E SÚMULA	119
3.4	PRECEDENTES JUDICIAIS TÍPICOS DA DOUTRINA DO <i>STARE DECISIS</i> X PRECEDENTES JUDICIAIS VINCULANTES NA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA.....	126
3.5	A ATIVIDADE INTERPRETATIVA DA JURISPRUDÊNCIA ENQUANTO FORMA DE CRIAÇÃO DO DIREITO...127	
3.6	A INSUSTENTABILIDADE DA TEORIA DO <i>STARE DECISIS</i> COMO FUNDAMENTO PARA A EXPANSÃO DAS DECISÕES EM JULGAMENTOS POR AMOSTRAGEM NO DIREITO BRASILEIRO	134
3.6.1	A Possível Arguição de Óbice de Natureza Constitucional	134
3.6.2	O Óbice de Natureza Cultural.....	136
3.7	AS DIRETRIZES GERAIS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 QUANTO À UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA E À FORMAÇÃO DE PRECEDENTES JUDICIAIS VINCULANTES.....	137
4	O PROCEDIMENTO DOS JULGAMENTOS POR AMOSTRAGEM DE AÇÕES E RECURSOS REPETITIVOS NO DIREITO BRASILEIRO.....	143
4.1	ENTRE O UNIVERSALISMO JURÍDICO E O PARTICULARISMO: A SOLUÇÃO BRASILEIRA DO ISOLAMENTO DA QUESTÃO JURÍDICA CENTRAL COMUM A DIVERSAS AÇÕES E RECURSOS MEDIANTE A CISAÇÃO DA ATIVIDADE COGNITIVA E DECISÓRIA.....	146
4.2	ANÁLISE DA FORMA DE ELABORAÇÃO E APLICAÇÃO DAS DECISÕES PROFERIDAS EM JULGAMENTOS POR AMOSTRAGEM PELOS TRIBUNAIS BRASILEIROS.....	149
4.2.1	Procedimento e Análise de Casos Julgados pelo STF Sob o Rito do Art. 543-B do Código de Processo Ci-	

	vil de 1973 nos Quais Restaram Pacificadas Questões Prejudiciais e Questões Estritamente Processuais..	153
4.2.2	Procedimento e Análise de Casos Julgados pelo STJ Sob o Rito do Art. 543-C do Código de Processo Civil de 1973 nos Quais Restaram Pacificadas Questões Prejudiciais e Questões Estritamente Processuais..	157
4.3	O MICROSSISTEMA DE JULGAMENTO DE AÇÕES E RECURSOS REPETITIVOS PREVISTO NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015	167
4.3.1	O Julgamento Liminar de Improcedência do Pedido..	167
4.3.2	O Incidente de Assunção de Competência.....	168
4.3.3	O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas..	171
	4.3.3.1 Características gerais do instituto.....	173
	4.3.3.2 O processo de formação de decisões paradigmáticas	179
4.3.4	O Regramento dos Recursos Extraordinários e Especiais Repetitivos	190

Terceira Parte

A FUNDAMENTAÇÃO DA EXPANSÃO OBJETIVA E SUBJETIVA DA COISA JULGADA FORMADA EM JULGAMENTOS POR AMOSTRAGEM A PARTIR DA NOÇÃO DE *NONMUTUAL ISSUE PRECLUSION*: AS “TESES JURÍDICAS PREJUDICIAIS”

5 –	A AMPLIAÇÃO DOS LIMITES OBJETIVOS DA COISA JULGADA ENQUANTO MÉTODO DE CONSTRUÇÃO DE UMA DECISÃO PARADIGMÁTICA.....	201
5.1	OS REQUISITOS PARA A AMPLIAÇÃO OBJETIVA DA COISA JULGADA PREVISTOS NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	202
5.1.1	Relevância: o Julgamento do Mérito Deve Depender da Resolução da Questão Prejudicial que Será Acobertada pela Coisa Julgada.....	203
5.1.2	Contraditório: Necessidade de Prévio e Efetivo Contraditório Acerca da Questão Prejudicial que Será Acobertada pela Coisa Julgada.....	204
5.1.3	Competência: Deve o Juízo ser Competente para Resolver a Questão Prejudicial como se Questão Principal Fosse	204
5.1.4	Ausência de Restrições Probatórias ou de Limitações à Cognição	205

5.2	SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS QUANTO AOS REQUISITOS NECESSÁRIOS À FORMAÇÃO DE COISA JULGADA SOBRE QUESTÕES PREJUDICIAIS NO DIREITO NORTE-AMERICANO E BRASILEIRO.....	206
5.3	LIMITES À EXPANSÃO DA COISA JULGADA ÀS QUESTÕES PREJUDICIAIS: ANÁLISE DO ART. 504 DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	207
6	OS FUNDAMENTOS PARA A AMPLIAÇÃO DOS LIMITES SUBJETIVOS DA COISA JULGADA FORMADA EM AÇÕES E RECURSOS ISOMÓRFICOS.....	211
6.1	O PRINCÍPIO DA ISONOMIA	211
6.2	O PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA	219
6.3	O PRINCÍPIO DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO	225
7	A AMPLIAÇÃO DOS LIMITES SUBJETIVOS DA COISA JULGADA ENQUANTO FUNDAMENTO E TÉCNICA OTIMIZADORA DE JULGAMENTOS POR AMOSTRAGEM DE AÇÕES E RECURSOS REPRESENTATIVOS DA CONTROVÉRSIA	231
7.1	DISTINÇÃO ENTRE OS EFEITOS DA SENTENÇA E DA COISA JULGADA.....	231
7.2	AS EXCEÇÕES À REGRA GERAL DE LIMITAÇÃO DA COISA JULGADA ÀS PARTES DO PROCESSO PREVISTAS NO ORDENAMENTO BRASILEIRO	237
7.3	A EXPERIÊNCIA DA EXPANSÃO SUBJETIVA DA COISA JULGADA NAS AÇÕES COLETIVAS	238
7.3.1	A Ruptura do Dogma da Limitação da Coisa Julgada às Partes do Processo	239
7.3.2	O Modelo de Vinculação da Coisa Julgada nas Ações Coletivas que Tenham por Objeto a Tutela de Direitos Individuais Homogêneos: a Regra do Inc. III do Art. 103 do Código de Defesa do Consumidor.....	239
7.3.3	A Ampliação dos Limites Subjetivos da Coisa Julgada Formada em Ações Coletivas que Tenham por Objeto Direitos Individuais Homogêneos Confrontada com a Coisa Julgada Formada em Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas	242
7.4	A COISA JULGADA <i>SECUNDUM EVENTUM LITIS</i> PREVISTA NO ART. 506 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015.....	248

7.5	A VIABILIDADE DO EMPREGO DE TÉCNICA SEMELHANTE À <i>DEFENSIVE NONMUTUAL ISSUE PRECLUSION</i> QUANTO A QUESTÕES JURÍDICAS DECIDIDAS EM JULGAMENTOS POR AMOSTRAGEM NO DIREITO BRASILEIRO: AS “TESES JURÍDICAS PREJUDICIAIS”	251
7.6	POSSIBILIDADE E FORMA DE SUPERAÇÃO DAS “TESES JURÍDICAS PREJUDICIAIS”	256
CONCLUSÃO	259
	Conclusões do Capítulo 1:	260
	Conclusões do Capítulo 2:	261
	Conclusões do Capítulo 3:	264
	Conclusões do Capítulo 4:	264
	Conclusões do Capítulo 5:	266
	Conclusões do Capítulo 6:	267
	Conclusões do Capítulo 7:	268
REFERÊNCIAS	271
ÍNDICE ALFABÉTICO	291